

Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco

Plano de Trabalho

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Tema: A erradicação do trabalho escravo no Estado e a promoção de condições dignas de vida aos trabalhadores resgatados.

— 2025/2026 —



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
DE MINAS GERAIS



Tema em Foco — Plano de trabalho

Plano de trabalho da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social para fiscalizar, no âmbito de suas atribuições, o tema “A erradicação do trabalho escravo no Estado e a promoção de condições dignas de vida aos trabalhadores resgatados” no âmbito do Tema em Foco 2025/2026

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social:

Betão - Presidente
Celinho Sintrocel - Vice-Presidente
Leandro Genaro
Leleco Pimentel
Mauro Tramonte

Assembleia Legislativa de Minas Gerais
Endereço: Rua Rodrigues Caldas, 30 — Santo Agostinho
Belo Horizonte/MG
CEP: 30190-921



Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco
Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social
— Plano de Trabalho —

1) Tema escolhido:

A erradicação do trabalho escravo no Estado e a promoção de condições dignas de vida aos trabalhadores resgatados.

2) Objetivo geral:

Acompanhar a ocorrência do trabalho escravo no Estado e as ações empreendidas pelo Poder Público para evitar a ocorrência desse crime no Estado e para garantir condições dignas de vida para os trabalhadores resgatados.

3) Objetivos específicos:

- I. Acompanhar os dados sobre o trabalho análogo à escravidão e a atuação das instâncias de fiscalização para inibir esse crime no Estado.
- II. Identificar as ações empreendidas pelo Estado para apoio às ações de fiscalização e para proteção dos trabalhadores resgatados do trabalho análogo à escravidão assegurando-lhes condições dignas de vida.
- III. Identificar lacunas na atuação do Estado e propor alternativas para a erradicação do trabalho análogo à escravidão.
- IV. Debater estratégias de prevenção do trabalho escravo no Estado.
- V. Debater e fomentar a atuação de diferentes atores da sociedade civil para o enfrentamento do trabalho escravo no Estado.

4) Resultados esperados:

As informações coletadas durante as audiências públicas e as respostas aos requerimentos enviados no biênio 2025-2026 possibilitarão visualizar a evolução do trabalho análogo à escravidão no Estado, em uma perspectiva comparada com o biênio 2023-2024, quando essa comissão também acompanhou o tema no âmbito do Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco. Além disso, espera-se tornar evidente o adensamento (ou não) da atuação estatal para a prevenção do trabalho escravo no Estado e para a proteção dos

trabalhadores resgatados. Ainda, identificar a importância da atuação de diferentes atores da sociedade civil para o enfrentamento do trabalho escravo no Estado. Tais resultados farão parte de um relatório a ser aprovado pela comissão ao final do biênio.

5) Cronograma de atividades:

ATIVIDADES – 2025	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Audiência pública para debater a situação de vulnerabilidade dos trabalhadores e das trabalhadoras migrantes das regiões dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, bem como do Norte do Estado, sujeitas ao crime de tráfico de pessoas ou a condições de trabalho análogo à escravidão, sendo aliciados majoritariamente por falsas promessas de emprego e remuneração, inseridos em diversas cadeias produtivas do Estado.	X									
Elaboração, apresentação e aprovação de plano de trabalho.		X	X							
Obtenção de informações complementares durante o Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas – 1º ciclo de 2025 e encaminhamento de possíveis requerimentos.				X						
Realização de Debate Público sobre os desafios e a urgência da regulamentação do art. 243 da Constituição Federal no enfrentamento ao trabalho análogo à escravidão e ao tráfico				X						
Realização de audiência pública para debater a ocorrência de trabalho escravo por setor da economia, bem como as ações do Estado para enfrentamento desse problema.							X			

ATIVIDADES - 2026	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Audiência pública para debater a importância e os desafios das atividades de ensino, pesquisa e extensão no combate e na erradicação do trabalho escravo e do tráfico de pessoas.		X								
Obtenção de informações complementares durante o Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas – 1º ciclo de 2026 e encaminhamento de possíveis requerimentos.				X						
Elaboração e validação do relatório final.								X	X	
Aprovação do relatório final do Assembleia Fiscaliza Tema em Foco 2025-2026										X

6) Atividades realizadas pela comissão antes da aprovação deste plano de trabalho que fazem parte do Assembleia Fiscaliza - Tema em Foco 2025-2026:

6.1 – Audiência pública realizada em 14/3/2025, em Berilo.

Finalidade da audiência: debater a situação de vulnerabilidade dos trabalhadores e das trabalhadoras migrantes das regiões dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, bem como do Norte do Estado, sujeitas ao crime de tráfico de pessoas ou a condições de trabalho análogo à escravidão, sendo aliciados majoritariamente por falsas promessas de emprego e remuneração, inseridos em diversas cadeias produtivas do Estado.

6.2 – Requerimentos aprovados:

- RQC nº 13390/2025 – Requer seja realizado debate público sobre a urgência da regulamentação do art. 243 da Constituição Federal como medida para o combate e a erradicação do trabalho análogo à escravidão.
- RQC nº 12757/2025 – pedido de providências ao Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA –, ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS –, à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – para ampliação dos investimentos para políticas públicas destinadas aos agricultores familiares, às comunidades rurais, aos quilombolas e a outros povos tradicionais, visando criar oportunidades que possibilitem a permanência dessas populações no campo por meio da destinação de recursos para aquisição de equipamentos, desenvolvimento tecnológico, incentivo ao associativismo e cooperativismo, incentivo à agroindústria familiar e assistência técnica para produção e comercialização.
- RQC nº 12758/2025 – pedido de providências à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias – Seinfra – e ao Ministério da Agricultura e Pecuária – Mapa – para a destinação de investimentos para a recuperação das estradas vicinais rurais, visando à melhoria do escoamento da produção das comunidades rurais e quilombolas da região do Vale do Jequitinhonha, principalmente nos Municípios de Berilo, Chapada do Norte, Francisco Badaró e José Gonçalves de Minas.

- RQC 12.057/2025 – pedido de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Social sobre as reuniões, encontros, seminários e outras atividades do Comitê Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida, Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Erradicação do Trabalho Escravo – Comitrate – programados para o ano de 2025.

Outros requerimentos a serem apresentados para orientar o trabalho da comissão:

- Requerimento de audiência pública para debater a importância e os desafios das atividades de ensino, pesquisa e extensão no combate e na erradicação do trabalho escravo e do tráfico de pessoas.
- Requerimento de audiência pública para debater a ocorrência de trabalho escravo por setor da economia no Estado, bem como as ações empreendidas pelo Estado para o enfrentamento desse problema.
- Pedido de informações ao superintendente Regional do Trabalho em Minas Gerais – MTE – sobre o resultado da fiscalização do trabalho que identificou a ocorrência de trabalho análogo ao escravo no Estado, no ano de 2024, especificando o número de trabalhadores resgatados por setor da economia e região do Estado de ocorrência do fenômeno e o perfil dos trabalhadores resgatados, por idade, escolaridade, sexo e raça.
- Pedido de informações à secretária de Estado do Desenvolvimento Social sobre as ações empreendidas pela secretaria para apoio aos trabalhadores resgatados das situações de trabalho análogo ao de escravo no Estado em 2024 e sobre o planejamento dessas ações para os anos de 2025 e 2026.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2025.

Betão, presidente e relator.